

Entrevista

Paulo Moniz Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros fala do papel da organização no dia em que é inaugurada a sede

Vazio legal gera desperdício de recursos e maiores custos

PAULA GOUVEIA
pgouveia@acorianoriental.pt

Porque razão decidiu a Ordem dos Engenheiros investir num edifício para sede nos Açores e qual será a sua função?

A Ordem dos Engenheiros necessita de ter uma presença física que corporize a imagem da instituição e que seja um espaço de encontro que nós não tínhamos. Para isso, foi fundamental encetar o processo de requalificação de um edifício histórico em Ponta Delgada. Este edifício, além da atividade corrente de apoio administrativo à atividade da engenharia e aos engenheiros que exercem nos Açores, tem também capacidade para ser o local de formação, pois nos dias de hoje, a formação continuada é um aspeto crucial. Outro aspeto muito importante foi deixar um espaço para galeria de exposições, onde a Ordem se abre à comunidade e cria um espaço de cultura e de partilha, porque a Ordem não deve estar fechada sobre si própria.

Que formação será possível oferecer aos engenheiros nos Açores e com que recursos será feita?

Nós sempre fizemos formação, mas com grandes limitações por não dispormos de instalações. Desta forma, passa a ser possível, autonomamente e quase em função das necessidades correntes fazer formação. A nossa formação é feita muitas vezes com formado-

res da própria Ordem, a nível nacional, e que são especialistas nas mais diversas áreas. E quando não são membros da própria Ordem, nós fazemos parcerias com entidades acreditadas. Não temos ainda ações de formação previstas para os próximos tempos, mas elas ocorrem quase semanalmente no continente e, com estas novas condições, vamos agora encontrar aquelas que servem as necessidades mais imediatas dos nossos membros.

Que outros papéis desempenha a Secção Regional dos Açores?

A Secção desempenha um papel crucial: pelo facto dos engenheiros dominarem do ponto de vista técnico muitos dos temas que afetam a comunidade, sente-se na obrigação de, com elevação e com conhecimento, debater as opções que são tomadas e contribuir para o esclarecimento da comunidade.

Quantos engenheiros é que há aqui e quais são as engenharias mais representativas?

Nós temos mais de 500 engenheiros aqui nos Açores - talvez 550 engenheiros. A Engenharia Civil tem claramente a liderança do ponto de vista do número de membros inscritos, segue-se Engenharia Agronómica e finalmente a Eletrotécnica.

A Secção está nos Açores desde 1988. Qual tem sido o contributo dos engenheiros para a inovação e para o desenvolvimento económico na Região?



Paulo Moniz deixa alerta para quem legisla: é preciso adaptar legislação e normativos à Região

Ao olhar os Açores de hoje e comparar com os Açores de há poucas dezenas de anos, nós vemos nas mais diversas áreas de intervenção a mão dos engenheiros. É mais visível nas componentes da engenharia da requalificação urbana, na energia elétrica, nas áreas das novas tecnologias, das telecomunicações. Em todas estas áreas temos provas de que foi esta intervenção que nos colocou, do ponto de vista do desenvolvimento, a par daquilo que de melhor se faz na Europa e no mundo, embora o fruto da intervenção dos engenheiros nem sempre seja devidamente reconhecido.

Que papel podem ter no contexto atual?

Nos próximos tempos temos uma responsabilidade acrescida do ponto de vista do acompanhamento da crise que também afeta o exercício da engenharia e apoiar os nossos membros no que for possível: desde encontrar novas soluções, a criar uma dinâmica que minimize o impacto da crise na sua atividade.

Que contributo pode dar a Ordem na modernização do quadro legislativo regional referente às áreas de intervenção da engenharia?

Esta será sempre uma responsabilidade política e, como tal, devem ser as entidades que têm responsabilidades consagradas na execução da legislação, as primeiras promotoras. Mas a Ordem estará sempre disponível para dar o seu contributo nas questões técnicas específicas que podem melhorar a aplicação dos quadros normativos à realidade dos Açores.

E a Ordem tem sido chamada a dar o seu contributo neste plano?

Muitíssimo esporadicamente.

E em que áreas seria relevante fazer a revisão do quadro legislativo regional?

Em todas as áreas que se aplicam à Construção Civil, nas redes de gás, eventualmente nas telecomunicações - são todas áreas onde temos uma especificidade que julgamos poder ser melhor detalhada e ajustada num normativo que se aplique com otimização de recursos e minimização de custos aos Açores. O quadro legislativo não atende a toda a especificidade que é própria dos Açores. E desse ponto de vista, para além do vazio legal que pode estar subjacente, pode haver um desperdício nalgumas áreas onde não foi feita uma otimização atendendo às suas características.

Pode-se dizer que isto é um alerta para os nossos deputados?

Sim, no sentido de conhecer a nossa opinião, pois a nós não nos compete intervir a nível legislativo.

A Ordem vê com bons olhos a legislação regional - diferente das em vigor no continente e na Madeira com limite de 5% - que permite que uma obra possa ter trabalhos a mais 25% acima do custo inicial?

Haveria que estar na posse de todos os dados que levaram a essa diferenciação. No âmbito das obras públicas existem sempre imponderáveis e imprevistos, mas o que nós sempre defendemos é que o rigor na execução dos cadernos de encargos, o rigor na execução dos projetos, do acompanhamento em obra, e a atualidade do que se pretende são cruciais para minimizar as derrapagens tão famosas de que temos tido conhecimento.

E os engenheiros têm um papel aí importante...

Sejam eles ouvidos e interventores - e a sua opinião considerada - e seguramente que serão um contributo positivo.*